

Termina hoje o recesso do Congresso

Termina hoje o recesso da Câmara e do Senado, que durou um mês, mas em função dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, as duas Casas continuarão a se reunir uma vez por semana. Na Câmara — já está decidido — as sessões ocorrerão às quartas-feiras, das 9h às 13h. No Senado foi mantido o horário das tardes de segunda, adotado no primeiro semestre. Entretanto, por este horário se chocar com o de sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, ainda não há previsão de quando haverá sessão do Senado. Certo, desde já, é que os senadores se reunirão apenas extraordinariamente, pelo menos enquanto vigorar o atual calendário da Assembleia.

Segundo o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins, as sessões das quartas-feiras ocorrerão normalmente, com horários destinados ao "pinga-fogo", às comunicações das lideranças e à ordem do dia, com pronunciamentos de deputados. Se for solicitado por algum parlamentar, a Câmara poderá apreciar projetos em regime de urgência.

Engenheiros entregam propostas

O Clube de Engenharia, fundado há 106 anos e integrado por mais de 18 mil associados em todo o País, entregou aos constituintes um documento no qual define os pontos de vista do Clube em relação a seis temas constitucionais: o papel do Estado na economia, a definição de empresa nacional, a questão da informática e das telecomunicações, o monopólio estatal do petróleo e os contratos de risco, a reforma agrária e a política mineral.

No debate com cerca de 30 constituintes, embora todos os 559 tenham sido convidados, o diretor do Clube de Engenharia, Paulo Brandão, afirmou que os engenheiros acham que o texto constitucional aprovado até o momento "ainda precisa ser revisto". Por isso o Clube encaminhou suas idéias, a título de sugestão, surgidas em debates consecutivos realizados anteriormente.

Nos nós concentramos em seis pontos que achamos que são substanciais e que pertencem a definições da ordem econômica, ao invés de nos prendermos a questões de natureza mais corporativa, exclusivas da engenharia, porque esses pontos, de certa maneira, condicionam muito o desenvolvimento do País, com o que a engenharia se sente profundamente vinculada. Preferimos, então, abordar uma visão mais abrangente", explicou Paulo Brandão.

SUGESTÕES

Entre outros pontos, o Clube de Engenharia defende a manutenção do conceito de empresa nacional proposto no projeto de Constituição, sugerindo apenas pequenas modificações. No que diz respeito ao monopólio estatal do petróleo, o Clube condena qualquer contrato de risco.

Os engenheiros definem seu apoio ao monopólio do Estado nas comunicações postais, telegráficas e de dados e na operação dos serviços de telecomunicações. Defendem a reserva de mercado para a informática e sugerem a ampliação do conceito de empresa nacional para os setores de informática e telecomunicações.

Sarney vetou projeto de notáveis

Para Arinos, ao propor o parlamentarismo, documento foi boicotado

O anteprojeto elaborado pela "comissão dos notáveis", para servir de base à nova Constituição, não foi enviado à Constituinte porque continha dispositivos defendendo o parlamentarismo. O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, seis meses depois de instalada a Assembleia Nacional Constituinte, ainda lamenta o não aproveitamento do texto e acha que a definição do sistema de governo foi o motivo desta rejeição. "Eu tenho a impressão que a causa é esta", disse ele ontem, "porque o presidente Sarney discorda do parlamentarismo".

Para Afonso Arinos, o anteprojeto serviria para "coordenar as atividades e acalmar os ânimos dos debates" constitucionais. Preocupado e dizendo-se tão decepcionado quanto o público, em relação ao trabalho da Constituinte, ele acha que se fez até agora "uma espécie de vazadouro, um estuário histórico-cultural de um estado de espírito nacional, cheio de ressentimento, angústia e revolta". Para ele, a ausência do anteprojeto fez com que os trabalhos da Constituinte fossem distribuídos horizontalmente e sem coordenação interna.

Apesar de reconhecer "posições um pouco divergentes" entre ele e o presidente Sarney e o diálogo escasso, Afonso Arinos aceitou o convite do Presidente para assistir à missa de do-

mingo na capela do Palácio da Alvorada. Ao mesmo tempo, participa de reuniões para buscar "a convergência para as questões mais antagônicas e polêmicas" enfrentadas pela Constituinte, como a que ocorreu na noite de quinta-feira em casa de Ulysses Guimarães, e que se repetirá dia 10, em torno dos mesmos objetivos.

Na reunião se tratou da "tentativa de homogeneizar certos temas, independentemente de suas colocações no texto, e debatê-los tanto quanto possível, de maneira isenta, eliminando divergências políticas", como explicou o senador. Afonso Arinos acha que, em matérias constitucionais, a disciplina partidária não pode ser muito exigente e se disse favorável às composições políticas com a finalidade de superar as divergências e dificuldades no processo de elaboração da nova Carta.

O presidente da Comissão de Sistematização saiu satisfeito com o resultado da reunião e com o comprometimento dos líderes do PMDB por um esforço para organizar a Constituinte em torno de certos temas que considera capitais. Além dele, estiveram presentes à casa de Ulysses Guimarães os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso; o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; os deputados Nelson Jobim, Bernardo Cabral e Luiz Henrique e o

jurista Miguel Reale Jr. Eles conversaram sobre sistema de governo, legislação social, estabilidade no emprego e anistia, esta, "muito mais aludida que discutida".

A estabilidade no emprego foi enfocada à parte, segundo Arinos, e citada como matéria que necessita de exames específicos. O senador lembrou que tanto o deputado Ulysses Guimarães quanto o ministro Pazzianotto consideraram "a vulnerabilidade dos empregos" diante de uma estabilidade plena. Todos os presentes, no entanto, segundo Afonso Arinos, concordaram que este dispositivo implicaria uma rotatividade de muito grande no mercado de trabalho.

A anistia, "apenas aludida", já está definida na atual Constituição, como lembrou o senador. Na reunião, ela foi analisada com base nas consequências econômicas que traria para as Forças Armadas. "Parece que a expectativa de custos é muito elevada", acrescentou Afonso Arinos, sem estender a questão. Outra matéria enfocada naquela noite foi a da jornada de trabalho de 40 horas semanais. O presidente da Comissão de Sistematização disse que começou a ver "este negócio em Franca, antes da Segunda Guerra Mundial" e que na reunião os conhecimentos e as informações do ministro Pazzianotto se evidenciaram.

GIVALDO BARBOSA



Richa ontem reuniu sua Constituinte paralela no prédio do Congresso

Até divórcio divide os peemedebistas

A liberação do número de divórcios vai contribuir para a "desintegração e pulverização dos valores sociais e, em última instância, da própria sociedade". Esta tese foi defendida na sessão da Constituinte, pelo deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), psicólogo, professor, dirigente sindical, radialista e ministro evangélico.

Numa reedição dos argumentos muito usados pelos opositores do divórcio durante anos, Antônio de Jesus afirmou que os filhos desses casamentos serão "as grandes vítimas" da liberação do número de divórcios permitidos. "Eles arcarão com o peso da insegurança ante a multiplicidade de pais e mães, que fatalmente os terminará levando aos tortuosos caminhos da marginalidade, da violência e das drogas".

O ministro evangélico foi contestado pelo deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA), que acredita que a união de duas pessoas é uma decisão das duas, que não deve ser mantida a não ser pela vontade de ambos. O deputado lembrou que os milhões de menores abandonados existentes no Brasil não são fruto do divórcio, mas do empobrecimento do povo. "Para diminuir o sofrimento dos nossos menores, o Estado tem que simplesmente pensar em distribuir a sua riqueza e fazer justiça, a fim de que todos tenham oportunidades", argumentou Antônio Gaspar.

A polêmica questão da redivisão territorial também foi discutida na sessão de ontem. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) criticou a criação de novos estados, colocada por seus defensores como motor de desenvolvimento. "O Estado é, ao contrário, a decorrência do desenvolvimento", contesta Cid Carvalho.

O deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA) reforçou os argumentos de seu colega de bancada. Ele citou o caso específico da criação do Maranhão do Sul, na sua opinião um "casuismo político".

PROPOSTAS

Aproveitando que normalmente às sextas-feiras o Congresso fica vazio e sem maiores movimentos, o grupo de parlamentares preferiu se reunir ontem na Comissão de Finanças do Senado, ao invés de se esconder no Instituto Israel Pinheiro. Do trabalho de engajamento realizado até agora, foi considerado como de legislação ordinária ou complementar, que deverão ser excluídos do substitutivo, questões polêmicas como a anistia para os militares e a estabilidade no emprego. "Apenas uma meia dúzia de temas polêmicos ficará para definição em plenário", revelou José Richa.

Com detector de metais, aumenta a segurança

Todas as pessoas que desejarem assistir a uma sessão da Constituinte, das galerias da Câmara, serão submetidas, a partir de segunda-feira, a um detector de metal que está sendo instalado no corredor que dá acesso às galerias. O equipamento custou cerca de 400 mil cruzados e foi comprado no Rio de Janeiro da Usinal Usinagem de Alumínio Ltda., uma das duas únicas empresas do ramo do País.

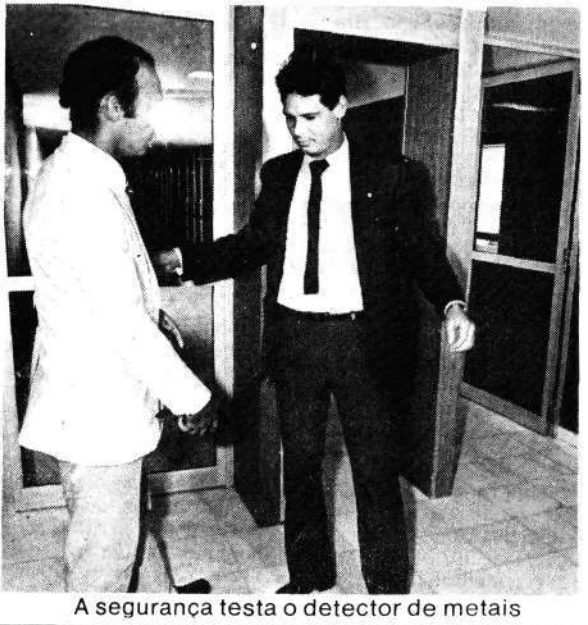
A montagem do aparelho está sendo feita desde quarta-feira e ainda ontem os técnicos estavam procedendo a sua regulagem. Existem detectores de metal instalados na Casa da Moeda e em diversas agências bancárias. O Senado instalou há anos um detector em uma porta giratória. Contudo, a Câmara decidiu optar por um vão livre que permitirá, em caso de necessidade, às pessoas que estejam nas galerias saída sem problemas.

A decisão de instalar o detector foi tomada pela Mesa da Constituinte nu-

ma reunião em junho, da qual saiu o Ato 19, baixando medidas de segurança para a Constituinte. Pesou para que fosse decidida a instalação do equipamento, o temor de que alguém entrasse portando uma arma e alvejasse as galerias algum dos constituintes durante as votações. Outro fator foi a inexistência de agentes femininos entre os seguranças da Câmara e do Senado — cerca de 120 pessoas. As agentes poderiam revistar as mulheres que entram nas galerias, o que não pode ser realizado sem constrangimento por nenhum dos seguranças.

Para aumentar a segurança dos constituintes, além do detector, a Mesa decidiu ainda limitar o acesso às galerias. Das 935 cadeiras existentes, metade foi reservada à imprensa e autoridades. O público terá de se contentar com pouco mais de 400 lugares que serão distribuídos entre as lideranças partidárias, de acordo com o número de parlamentares de cada partido.

GIVALDO BARBOSA



A segurança testa o detector de metais

Jorge Amado também não quer divisão

"Nasci baiano e quero morrer baiano". Com essa frase, o escritor Jorge Amado incorporou-se hoje à campanha de um grupo de entidades baianas vem fazendo contra a proposta de divisão da Bahia, apresentada à Constituinte pelo deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) que pretende criar o estado de Santa Cruz a partir do desmembramento de 163 municípios do sul e sudoeste baianos.

A declaração foi feita por telefone diretamente de Paris, onde Jorge Amado se encontra escrevendo seu novo livro "Boris, o Vermelho". Caso ocorra a divisão, Jorge Amado, que nasceu em Itabuna, no sul do estado, pode deixar de ser baiano, passando a ser natural do estado de Santa Cruz.

"Nasci em Ferradas, distrito de Itabuna, vivi minha infância em Ilhéus e em fazendas de cacau. Amo minha terra grapiuna, mas creio que a condição de baiano é de todo nós, deste grande estado, esta Bahia que é o coração do Brasil, e não se divide um coração — disse ainda Jorge Amado no seu telefonema ao coordenador da campanha, Wilson Pelegrini.

ABI critica uso de Lei de Segurança

Rio — A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) enviou carta ao ministro Paulo Brossard, da Justiça, condenando a aplicação da Lei de Segurança Nacional, que sujeita civis ao julgamento de militares. A Carta, assinada pelo presidente da entidade, Barbosa Lima Sobrinho, afirma que a ABI "... não pode deixar de formular seu protesto contra a invocação da Lei de Segurança, sujeitando civis a julgamento de autoridades militares".

"O advento da Nova República" — prossegue a carta — "foi saudado como a aurora do restabelecimento do poder civil, em reação contra as influências autoritárias que vinham predominando no País desde a primeira Lei de Segurança. Sua aplicação se opõe às manifestações vitoriosas na Assembleia Constituinte contra a doutrina de Segurança Nacional, de que resultaram todas as Leis de Segurança estabelecidas em nosso País, todas elas valendo como restrições ou ameaças à liberdade individual".

Congresso aproxima os deputados

Rio — O encurtamento da distância entre o relacionamento parlamentar dos deputados estaduais e os deputados federais constituintes, para levar ao Congresso Nacional as reivindicações das assembleias legislativas estaduais é o principal objetivo do II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes, aberto, ontem, no Rio, pelo deputado estadual e presidente do encontro, Elmiro Coutinho, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Autor defenderá emenda popular

Um representante de cada emenda de iniciativa popular terá direito a defender, no plenário da Comissão de Sistematização, a matéria pela qual é responsável e que chegou à Assembleia Nacional Constituinte com as 30 mil assinaturas necessárias. O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, disse ontem que fixará um calendário para estes pronunciamentos somente dia 14, pois ainda não se sabe quantas vão ser recebidas.

Já está acertado, no entanto, o período em que os representantes da sociedade vão à Sistematização defender as emendas. Será de 25 a 30 de agosto, durante 20 minutos, em sessões normais, "com direito a apertes e perguntas", salientou Afonso Arinos.